

# ESTRATÉGIAS DA UNESCO PARA IGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

**ISIS TAMARA ALVES DA SILVA**  
Universidade Federal de Minas Gerais  
isisdrivetragmail.com

**MARIA ROSIMARY SOARES DOS SANTOS**  
Universidade Federal de Minas Gerais  
m.rosimary@gmail.com

## INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

As mulheres vivenciam avanços consideráveis em termos de acesso à graduação e à pós-graduação nos últimos anos, contudo seguem menos propensas a se inserirem em certos campos de pesquisa acadêmica ou em cargos privilegiados da carreira (ROQUE, 2024). Nesse contexto, cientistas que disputam uma promoção ou uma bolsa de pesquisa são mais exigidas quando avaliadas por seus colegas, mantendo sua participação em hierarquias mais baixas (OLINTO, 2011). “Essa realidade não se dá apenas no Brasil, pois, globalmente, 71% dos pesquisadores universitários eram homens no ano de 2020.” (Roque, 2024, p. 20).

Diante do contínuo dessas desigualdades, o tema segue impulsionando a formulação de políticas, especialmente por parte de organismos internacionais responsáveis por monitorar e promover o desenvolvimento, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (OLINTO, 2011).

Destaca-se a UNESCO, enquanto agência especializada das Nações Unidas para a educação, encarregada de coordenar a Agenda 2030, um movimento global que visa extinguir a pobreza por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles o ODS 4 – educação de qualidade – e o ODS 5 – igualdade de gênero (UNESCO, 2020).



No contexto brasileiro, a partir de informações fornecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o Impacto da pós-graduação brasileira na Agenda 2030, as mulheres constituíram a maioria entre discentes ativas no Sistema Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (SNPG), representando 55% do total em 2023. Essa participação diminuiu ao longo da carreira acadêmica, em que existe maior presença de docentes do sexo masculino, que correspondem a 57% do total (SAMPAIO et al., 2025).

Diante desse cenário, tem-se como objetivo analisar as principais estratégias apresentadas em relatórios recentes da UNESCO voltadas à promoção da igualdade de gênero na educação, buscando identificar contribuições dessas diretrizes para a formulação de políticas de gênero na educação superior.

## DESENVOLVIMENTO

A educação, além de um direito fundamental, representa um vetor de força para se alcançar transformações econômicas, sociais, políticas e proporcionar um mundo mais próspero e justo (UNESCO, 2020). “A educação de mulheres e meninas tem o poder de salvar vidas, estimulando os efeitos multiplicadores que reduzem a pobreza, a mortalidade materna e infantil e o casamento precoce.” (UNESCO, 2020, p. 2).

Três linhas de ação foram definidas para permitir que meninas e mulheres, meninos e homens, tornem seus direitos uma realidade e seus potenciais sejam desenvolvidos por intermédio da educação. São eles: dados superiores para embasar a ação; melhoria dos marcos jurídicos, de planejamento e políticas à promoção dos direitos; práticas de ensino e aprendizagem especializadas para o empoderamento.

A UNESCO vislumbra um mundo em que os países garantam o acesso e a conclusão dos ciclos de educação, o empoderamento em meio a esse processo, e ações transformadoras. Como ponto de partida, mostra-se indispensável assegurar a igualdade em números entre meninas e meninos no acesso e conclusão de diferentes etapas educacionais, mas isso não basta, é fundamental utilizar o papel transformador da educação “[...] para enfrentar as relações desiguais de poder, as normas sociais, as práticas discriminatórias e os sistemas



de crenças que sustentam a desigualdade de gênero e a exclusão na sociedade” (UNESCO, 2020, p. 4).

Para alcançar a igualdade nos resultados educacionais, em particular, “[...] os benefícios da educação que se traduzem em ganhos sociais mais amplos, como a participação na vida pública e na tomada de decisões, o acesso a trabalho e recursos dignos, e autonomia”, a estratégia da UNESCO focaliza, especialmente, em dois ODS em particular: ODS 4, assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e o ODS 5, igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas (UNESCO, 2020, p. 8).

Destacam-se alguns aspectos da Estratégia da UNESCO para a igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025, tais quais as políticas e legislações não discriminatórias que garantam o direito de todas as crianças à educação; meninas e mulheres com igual acesso à Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP), e desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho; assim como normas de gênero que apoiem a participação das mulheres nas áreas de STEM, ou em qualquer outra profissão de sua escolha (UNESCO, 2020). A Estratégia também chama atenção para condições básicas, como higiene menstrual e saneamento, para garantir a dignidade e os direitos das meninas, bem como assuntos sociais estruturais importantes, como a necessidade de meninos e homens questionarem as desigualdades e normas de gênero prejudiciais (UNESCO, 2020).

Em seu relatório mais recente, *GEM Report 2025*, a UNESCO discute os obstáculos que dificultam a ascensão das mulheres na hierarquia da educação. Apesar da feminização da profissão docente, persistem amplas disparidades de gênero na gestão das escolas, em sua administração, bem como em cargos de liderança política, realidade essa evidenciada em diferentes países pelo mundo (UNESCO, 2025a). A disparidade de gênero na liderança educacional é vista como o resultado de estereótipos e preconceitos arraigados de forma consciente ou não consciente, mecanismos de desenvolvimento profissional ou processos dentro das instituições que não oferecem suporte suficiente ou são inadequados (UNESCO, 2025).



Estudos mostram que mulheres em cargos de liderança mostram algumas diferenças em relação aos homens em suas abordagens na área da educação, por exemplo, pela ênfase na colaboração, pela construção de vínculos com a comunidade e pelo foco constante na aprendizagem (UNESCO, 2025). Mesmo que haja poucos indícios de que essas diferenças sejam universais ou imutáveis, as evidências revelam o fato de que a falta de oportunidades equitativas se traduz em menor número de talentos e abordagens menos diversificadas para a liderança, o que representa uma perda para os sistemas de ensino, além da evidente questão da equidade, sendo esse retrato ainda mais notável em regiões do mundo onde as disparidades de gênero permanecem acentuadas (UNESCO, 2025), como no Brasil.

## CONCLUSÕES

Tendo em consideração que as assimetrias de gênero se revelam já na infância, no aprendizado e em diferentes incentivos no período escolar, influenciando, mais tarde, a trajetória e a carreira das mulheres, a OECD (2025) nos traz de forma muito pertinente a necessidade de conectar diferentes políticas.

Por isso, o aspecto de interconectividade de distintos fatores que resultam em assimetrias de gênero na carreira e a importância de “desenvolver combinações de políticas que rompam com a compartimentalização tradicional das políticas públicas, que muitas vezes não conseguem captar a natureza interconectada das questões de gênero” (OECD, 2025, p. 6).

Desse modo, a Unesco frisa elementos fundamentais que atravessam a desigualdade de gênero, desde condições básicas, como higiene menstrual e saneamento, para garantir os direitos das meninas. Um salto importante no Brasil foi o programa Dignidade Menstrual do governo federal, que fornece absorventes para alunas da rede pública de ensino em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2024).

A UNESCO também remete às realidades que interrompem ou comprometem de forma negativa o desenvolvimento e aprendizado, como a violência doméstica que acomete meninas e mulheres. Esse aspecto, em particular, adquire especial relevância no contexto brasileiro, em razão da escalada dos episódios de violência e feminicídio.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Estudantes de baixa renda têm direito a absorventes. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/estudantes-de-baixa-renda-tem-direito-a-absorventes>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Mulher e Ciência. Disponível em: <https://memoria.cnpq.br/mulher-e-ciencia>. Acesso em: 19 mar. 2026.

OECD. Pursuing gender equality in a changing world. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.1787/e8d9869a-en. Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/pursuing-gender-equality-in-a-changing-world\\_e8d9869a-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/pursuing-gender-equality-in-a-changing-world_e8d9869a-en.html). Acesso em: 19 mar. 2026.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. [S. l.], v. 5, n. 1, 2011.

ROQUE, Tatiana. Do que falamos quando pedimos mais igualdade de gênero. *Em: Mulheres na Ciência: o que mudou e o que ainda precisamos mudar*. Rio de Janeiro, RJ. p. 15–63.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; COSTA, Soraia De Queiroz; BRASIL, André; BARBOSA, Gabriela Da Rocha; ROMANO, Roberta Giraldi (ORG.). **Impacto da pós-graduação brasileira na Agenda 2030: Contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a COP 30 na Amazônia**. [s.l.] : Capes, 2025. DOI: 10.21713/agenda2030. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/impacto-da-pos-graduacao-brasileira-na-agenda-2030>. Acesso em: 14 mar. 2026.

UNESCO. Global education monitoring report 2025: gender report: women lead for learning. [s.l.] : GEM Report UNESCO, 2025. a. DOI: 10.54676/DEOD4878. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393701>. Acesso em: 8 dez. 2025

UNESCO. *Do acesso ao empoderamento: estratégia da UNESCO para a igualdade de gênero na e por meio da educação para 2019-2025*. Paris: UNESCO, 2020. ISBN 978-92-3-700010-6.

